



**Demonstrações Financeiras  
Consolidadas Preparadas de Acordo com  
as Normas Contábeis Internacionais -  
IFRS**

**Banco Original S.A**

**31 de Dezembro de 2015**

<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>1</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações dos Resultados	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	
Nota 1 . Contexto Operacional	8
Nota 2 . Base de Preparação	8
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
Nota 6 . Instrumentos Financeiros	16
Nota 7 . Empréstimos e Recebíveis e Perdas por Redução ao Valor Recuperável	18
Nota 8 . Ativos Fiscais e Passivos Fiscais Diferidos	20
Nota 9 . Outros Ativos Financeiros	21
Nota 10 . Ativo Imobilizado	21
Nota 11 . Ativo Intangível	22
Nota 12 . Outros Ativos	22
Nota 13 . Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	22
Nota 14 . Outros Passivos Financeiros	23
Nota 15 . Provisões	23
Nota 16 . Obrigações Fiscais	24
Nota 17 . Outros Passivos	24
Nota 18 . Patrimônio Líquido	24
Nota 19 . Limites Operacionais	25
Nota 20 . Partes Relacionadas	25
Nota 21 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	26
Nota 22 . Outras Despesas	26
Nota 23 . Despesas Gerais e Administrativas	26
Nota 24 . Despesas Tributárias	26
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	26
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	27
Nota 27 . Resultado por Ação	32
Nota 28 . Reconciliação	33
Nota 29 . Reestruturação Societária	34
<b>Relatório do Comitê de Auditoria</b>	<b>35</b>

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas do  
Banco Original S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A. (“Banco”) e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Original S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB.

São Paulo, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto  
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos	4	38.322	29.328
<b>Ativos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		<b>592.421</b>	<b>247.108</b>
Ativo Financeiro ao Custo Amortizado	5	592.421	247.108
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>6</b>	<b>141.922</b>	<b>89.144</b>
Ativos financeiros mantidos para negociação		141.922	89.144
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>6</b>	<b>634.105</b>	<b>1.216.204</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda		634.105	1.216.204
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	<b>7</b>	<b>3.943.506</b>	<b>2.284.260</b>
Empréstimos e Recebíveis		4.057.616	2.320.941
Perda por Redução ao Valor Recuperável		(114.110)	(36.681)
Outros Ativos Financeiros	9	71.733	108.055
Imobilizado de uso	10	105.989	43.181
Ativos intangíveis e ágio	11	463.166	147.448
<b>Ativos Fiscais</b>		<b>246.492</b>	<b>161.631</b>
Impostos a compensar		34.450	18.246
Impostos diferidos	8.a	212.042	143.385
Outros Ativos	12	234.324	80.421
<b>Total do Ativo</b>		<b>6.471.980</b>	<b>4.406.780</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		<b>4.155.323</b>	<b>2.136.364</b>
Recursos de clientes	13.a	1.407.976	558.887
Recursos de instituições financeiras	13.b	82.419	111.764
Recursos de emissão de títulos	13.c	2.165.367	837.787
Outros Passivos Financeiros	14	499.561	627.926
<b>Outras provisões</b>	<b>15</b>	<b>52.512</b>	<b>49.468</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>16</b>	<b>57.710</b>	<b>32.981</b>
Impostos correntes		57.710	32.981
Outros Passivos	17	133.934	210.383
<b>Total do Passivo</b>		<b>4.399.479</b>	<b>2.429.196</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital Social	18.a	2.130.001	2.103.451
Outros Resultados Abrangente	18.b	(10.976)	(8.193)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(49.129)	(117.684)
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>		<b>2.069.896</b>	<b>1.977.574</b>
Participação de acionistas não controladores		2.605	10
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>2.072.501</b>	<b>1.977.584</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>6.471.980</b>	<b>4.406.780</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
<b>Produto Bancário</b>		<b>443.415</b>	<b>318.876</b>
Receita de juros e similares	7.f	781.871	294.910
Despesa de juros e similares	13.d	(585.791)	(143.035)
Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	6.b	159.808	106.007
Receita de serviços e comissões	21	35.077	19.382
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	7.d	15.003	14.641
Outras Receitas e Despesas	22	37.447	26.971
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	7.d	(82.072)	(9.475)
<b>Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos</b>		<b>361.343</b>	<b>309.401</b>
<b>Outras Despesas</b>		<b>(276.204)</b>	<b>(185.561)</b>
Despesas de pessoal	23.a	(160.489)	(114.095)
Outras despesas administrativas	23.b	(88.610)	(55.278)
Despesas Tributárias	24	(27.105)	(16.188)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>85.139</b>	<b>123.840</b>
Imposto de renda e contribuição social	25	26.194	(35.264)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>111.333</b>	<b>88.576</b>
<b>Atribuível aos acionistas:</b>			
Controladores		111.555	88.568
Não controladores		(222)	8
<b>Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação)</b>			
Lucro por ação ordinária		107.628	85.450
Lucro por ação preferencial		3.927	3.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<b>Nota</b>	<b>01/01 a 31/12/2015</b>	<b>01/01 a 31/12/2014</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>111.333</b>	<b>88.576</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		(10.976)	(8.193)
Outros Resultados Abrangentes		(17.121)	(11.470)
Efeito dos impostos		6.145	3.277
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(10.976)</b>	<b>(8.193)</b>
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		<b>(10.976)</b>	<b>(8.193)</b>
<b>Atribuível aos acionistas</b>			
Controladores		<b>(10.976)</b>	<b>(8.193)</b>
Não controladores		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Outros Resultados Abrangentes			Total Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido	
		Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ajuste a Valor Justo de Ativos Financeiros				Lucros/(Prejuízos)A cumulados
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>2.080.301</b>	<b>(1.224)</b>	<b>35.033</b>	<b>(167.252)</b>	<b>1.946.858</b>	<b>-</b>	<b>1.946.858</b>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Período</b>		-	<b>(13.687)</b>	<b>(28.315)</b>	-	<b>(42.002)</b>	-	<b>(42.002)</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	(13.687)	-	(13.687)	-	(13.687)
Outros Resultados Abrangentes	18.b	-	(28.315)	-	-	(28.315)	-	(28.315)
Aumento de Capital Social com Juros sobre o Capital Próprio	18.a	23.150	-	-	-	23.150	-	23.150
Lucro Líquido do Exercício controladores		-	-	-	88.568	88.568	-	88.568
Lucro Líquido do Exercício não controladores		-	-	-	-	-	8	8
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	18.c	-	-	-	(39.000)	(39.000)	-	(39.000)
Participação não controladores		-	-	-	-	-	2	2
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>2.103.451</b>	<b>(14.911)</b>	<b>6.718</b>	<b>(117.684)</b>	<b>1.977.574</b>	<b>10</b>	<b>1.977.584</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>2.103.451</b>	<b>(14.911)</b>	<b>6.718</b>	<b>(117.684)</b>	<b>1.977.574</b>	<b>10</b>	<b>1.977.584</b>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Período</b>		-	-	<b>(2.783)</b>	-	<b>(2.783)</b>	-	<b>(2.783)</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	(2.783)	-	(2.783)	-	(2.783)
Outros Resultados Abrangentes	18.b	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social com Juros sobre o Capital Próprio	18.a	26.550	-	-	-	26.550	-	26.550
Lucro Líquido do Exercício controladores		-	-	-	111.555	111.555	-	111.555
Lucro Líquido do Exercício não controladores		-	-	-	-	-	(222)	(222)
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	18.c	-	-	-	(43.000)	(43.000)	-	(43.000)
Participação não controladores		-	-	-	-	-	2.817	2.817
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>2.130.001</b>	<b>(14.911)</b>	<b>3.935</b>	<b>(49.129)</b>	<b>2.069.896</b>	<b>2.605</b>	<b>2.072.501</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido</b>		<b>111.555</b>	<b>88.568</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>81.190</b>	<b>26.546</b>
Perda por redução ao valor recuperável reconhecido decorrente de perda de crédito	7.d	82.072	9.475
Depreciação	23	1.906	1.693
Tributos diferidos		(69.739)	23.155
Provisão para Ações - Trabalhistas e Cíveis	22	2.121	3.330
Provisão de Participações no Lucro		41.499	19.857
Variação cambial investimento no exterior		-	(25.974)
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda		23.331	(4.990)
<b>Lucro Líquido do exercício ajustado</b>		<b>192.745</b>	<b>115.114</b>
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>			
		<b>593.118</b>	<b>(230.058)</b>
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		345.313	380.980
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		99.094	(489.072)
(Aumento) em empréstimos e recebíveis		(1.619.130)	(1.186.946)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		36.322	-
(Aumento) em outros ativos		(238.764)	(433.459)
Aumento (Redução) em Passivo Financeiro ao Custo Amortizado		2.018.959	1.414.681
Redução em outras provisões		3.044	-
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		24.729	21.657
Aumento em outros passivos		(76.449)	62.101
<b>Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais</b>		<b>785.863</b>	<b>(114.944)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(62.808)	(37.487)
Aquisição de ativos intangíveis		(315.718)	(127.368)
<b>Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento</b>		<b>(378.526)</b>	<b>(164.855)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos		(43.000)	(23.150)
Aumento de capital em dinheiro		26.550	23.150
<b>Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento</b>		<b>(16.450)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>390.887</b>	<b>(279.799)</b>
No início do exercício	<b>4</b>	<b>234.977</b>	<b>514.776</b>
No encerramento do exercício	<b>4</b>	<b>625.864</b>	<b>234.977</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito e financiamento, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

Originado a partir da compra do Banco Matone S.A., instituição tradicional do Rio Grande do Sul, cujo foco de negócios era a carteira consignada, o Banco Original passou por reestruturação de seus negócios em 2013 optando por descontinuar a atuação nesse mercado.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 30 de Março de 2016.

## 2. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros, "International Financial Reporting Standards" - IFRS, emitidos pelo "International Accounting Standard Board" - IASB e as interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" - IFRIC descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen (BRGAAP), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e o lucro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estão demonstradas na Nota Explicativa 28.

### 2.1. Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a utilização de diversas estimativas e premissas para calcular certos valores reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### a) Estimativas Contábeis e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas em IFRS requer o uso de estimativas contábeis críticas baseadas no julgamento da administração para a seleção e aplicação das políticas contábeis. A administração acredita que as premissas adotadas são apropriadas e que o Banco apresenta suas demonstrações financeiras de maneira fidedigna e justa.

##### a.1) Avaliação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é observado pelo seu valor de venda ou aquisição por duas partes acordadas, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o valor que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (valor cotado ou valor de mercado), referenciado na hierarquia de avaliação do valor justo, detalhado na Nota Explicativa 6.

##### a.2) Perdas por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

Banco executa o reconhecimento da provisão para perdas por redução do valor recuperável utilizando o método da perda histórica e análise individual das maiores operações de crédito para a divulgação em IFRS.

Para determinar o montante de perdas que devem ser registradas para um crédito ou para uma determinada classe de créditos, o Banco exerce seu julgamento analisando as evidências objetivas que indicam se houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixa esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas que se correlacionam com as expectativas de perdas por valor recuperável. A Administração do Banco utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e as perdas efetivas.

##### a.3) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - ("Impairment")

O reconhecimento contábil de um ativo deve demonstrar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar depreciação ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda (provisão), ajustando o valor contábil líquido.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. Vale destacar que no período em questão não ocorreram perdas significativas.

##### a.4) Intangível

O IAS 38 define o ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Essa definição nos remete ao Pronunciamento Conceitual Básico ("Framework") que estabelece que um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Três pontos dessa definição devem ser analisados com especial atenção tendo em vista o reconhecimento de um ativo intangível: identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Um intangível só deve ser reconhecido se atender a esses três pontos. Demais gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital, observando as regras estabelecidas no parágrafo 58 do IAS 38 para ativos intangíveis gerados internamente. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassarão dez anos, quando finalizar a fase do desenvolvimento. No momento não estão ocorrendo amortizações do Projeto Digital. Os critérios de ativação dos ativos intangíveis são discutidos em detalhes na Nota Explicativa 11.

##### a.5) Provisões

Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos. Para as contingências classificadas como prováveis, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica de Provisões para Contingências.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota Explicativa 15.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### a.6) Reconhecimento e Avaliação de Impostos Diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são contabilizados sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada. Apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis e adotadas no Brasil.

O reconhecimento do ativo fiscal diferido depende do julgamento da Administração quanto à probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros.

A previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, para os anos subsequentes está suportada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos aprovados pela Administração, e revistos no mínimo a cada data de balanço. Para mais informações sobre imposto de renda, veja Nota Explicativa 8.

#### 2.2. Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco Original.

##### a) Controladas

São classificadas como controladas as entidades sobre as quais o Banco está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As controladas são consolidadas pelo método integral desde o momento em que a Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

As empresas consolidadas em 2015 :

- Original Asset Management Ltda.
- Original Corporate Ltda.
- Miralta Serviços S/A <sup>(1)</sup>.
- Original Promotora Ltda.

(1) Miralta Serviços S/A, Em 19 de outubro de 2015 o Banco Original adquiriu 51% da participação societária na Miralta Serviços S/A. A Miralta Serviços S/A é uma empresa cujo objeto social é a prestação de serviços de intermediação de negócios em geral.

Vale destacar que o Estudo Técnico referente a apuração do ágio ou deságio da operação, ou PPA (Purchase Price Allocation), solicitado pela IFRS 3 - Combinação de Negócios, esta em desenvolvimento.

As empresas consolidadas em 2014 foram:

- Original Asset Management Ltda.
- Original Corporate Ltda.

##### b) Principais Procedimentos de Consolidação

Para fins de consolidação, a entidade controladora adotou práticas contábeis consistentes e uniformes. Vale mencionar os principais procedimentos de eliminação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre o Banco Original, Miralta Serviços S/A, Original Asset Management Ltda. e Original Corporate Ltda. e Original Promotora Ltda exceto os ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

#### 2.3) Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

##### a) Principais Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação - Requer que as entidades apresentem evidências em suas demonstrações financeiras que permitam que os usuários avaliem a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da entidade; a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta; e a forma pela qual a entidade gerencia esses riscos.

IAS 19 - Benefícios a Empregados: Tem como objetivo prescrever informações quanto a contabilização e divulgação dos benefícios existentes disponibilizados à seus funcionários.

IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Tem como objetivo estabelecer os princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como ativos, passivos ou instrumentos patrimoniais e para a compensação de ativos e passivos financeiros. Neste pronunciamento é adotada a perspectiva do emissor dos instrumentos financeiros.

IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Este pronunciamento, vem assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados às provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, extensão, oportunidade e valor.

IAS 38 - Ativos Intangíveis: Estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios especificados neste Pronunciamento forem atendidos. O Pronunciamento também especifica como apurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre os mesmos. Um ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.

IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Disciplina o reconhecimento e a mensuração de operações realizadas com instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

##### b) Pronunciamentos Contábeis a serem adotados

IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: As alterações referentes a este Pronunciamento tem como objetivo esclarecer que é necessário que as empresas divulguem em suas demonstrações financeiras, apenas informações relevantes e materiais bem como em suas respectivas notas explicativas. Sendo efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Este Pronunciamento substituirá o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A intenção é que este relatório seja alterado em sua totalidade, entretanto o mesmo esta dividido em fases que inclui (a) classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável e (c) contabilização de cobertura. O mesmo entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2018.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (joint venture): As alterações ocorridas, referem-se a existência de divergências entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), no que tange a alienação ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (joint venture). Com vigência a partir de 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens e serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11 bem como interpretações relacionadas ( IFRICs 13,15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados pela instituição e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma, caso aplicável.

IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos Intangíveis: A alteração aborda a princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Com vigência a partir de 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 - Aplicando a Exceção à Consolidação: mudanças referentes a aplicação do conceito de Entidades para Investimentos. Essas alterações específicas na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

O Banco Original está avaliando os impactos totais referentes as normatizações que estão sendo alteradas e entrarão em vigor futuramente.

### 3. Principais Práticas Contábeis

#### a) Conversão de Moeda

##### a.1) Moeda Funcional e de Apresentação

O IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influência majoritariamente o apuração de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

##### a.2) Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são reconvertidos para reais na data de balanço à taxa de câmbio em vigor na respectiva data, e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica "Variações cambiais (líquidas)".

#### b) Caixa e disponibilidades em bancos

O Banco define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto, que fazem parte da gestão de caixa, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudanças de valor, conforme demonstrado na Nota Explicativa 4.

#### c) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O Banco apresenta suas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado na rubrica Investimentos mantidos até o vencimento.

Os valores contabilizados representam razoável aproximação com o valor justo, pois os instrumentos incorporam as alterações na taxa base de atualização dos contratos demonstrados na Nota Explicativa 5.

#### d) Aplicações no Mercado Aberto/Captações no Mercado Aberto

O Banco dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas "Investimentos mantidos até o vencimento e Recursos de Instituições Financeiras", respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrado ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Similares e Despesas de Juros e Similares, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

#### e) Ativos e Passivos Financeiros

##### e.1) Definição

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma empresa e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra empresa.

Instrumentos de Patrimônio é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou "rating" de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

##### e.2) Reconhecimento e Classificação dos Instrumentos Financeiros

###### e.2.1) Data de Reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (regular "waytrades"): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

###### e.2.2) Reconhecimento Inicial de Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### e.2.3) Classificação dos Instrumentos Financeiros para Fins de Mensuração

Os instrumentos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos a perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo;
- **Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado):** essa categoria inclui os ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação. Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período, os derivativos não designados como instrumentos de cobertura "hedge", se encaixam nesta categoria. As mudanças do valor justo desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Resultado Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos";
- **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda:** investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não-derivativos que são designados nesta categoria no reconhecimento inicial ou que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros. Títulos patrimoniais não cotados em bolsa, cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável, são contabilizados pelo valor de custo. Todos os demais instrumentos de dívida disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado;
- **Empréstimos e Recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros; e
- **Passivos Financeiros ao Custo Amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

### e.3) Mensuração dos Instrumentos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

#### e.3.1) Mensuração ao Custo Amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por redução ao valor recuperável, inclusive na carteira de empréstimos e recebíveis.

#### e.3.2) Mensuração e Reconhecimento ao Valor Justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras do negócio e independentes entre si na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço.

Quando disponível, o Banco determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Banco, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado considerariam na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Banco calibra as técnicas de avaliação utilizadas e as testam para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial é reconhecida subsequentemente na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se completamente observáveis.

O Banco classifica ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado na ocorrência de uma das situações abaixo:

- Os ativos ou passivos são administrados, avaliados e reportados internamente com base no valor justo; e
- A classificação elimina ou reduz significativamente um descasamento que de outra forma poderia ocorrer.

A Nota Explicativa 6 estabelece o valor de cada classe de ativo ou passivo financeiro que foi classificado a valor justo por meio do resultado. A descrição da base para classificação está na nota explicativa referente a cada classe relevante de ativo e passivo.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros para os quais não há preços cotados observáveis no mercado requer o uso de técnicas de avaliação conforme descritas na Nota Explicativa 6. Os métodos que o Banco deverá adotar para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis:

- **Nível 1:** O Banco utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário "ativo" e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades;

Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo;

- **Nível 2:** Na ausência de cotações públicas, o Banco, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) estão alocados neste nível;

- **Nível 3:** Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não haviam instrumentos financeiros enquadrados neste nível.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### e.4) Identificação e Mensuração de Redução ao Valor Recuperável

Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado apresentam redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados com redução ao valor recuperável quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável. A análise sobre o que constitui a perda por redução ao valor recuperável é uma questão de julgamento criterioso.

O Banco considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo (massificado). Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável agrupando-se ativos financeiros (contabilizados ao custo amortizado) com características de risco similares. As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de patrimônio) possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros (operações em Recuperação Judicial, Confissão de Dívida e atrasos com mais de 90 dias), dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na rubrica "Perda por Redução ao Valor Recuperável". Os juros de ativos com redução ao valor recuperável são revertidos contra o resultado do período, por não haver expectativa de recuperação.

Para as operações identificadas com evidência objetiva de redução ao valor recuperável são avaliadas as expectativas de recuperações de crédito, considerando aspectos como: o risco total do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo de recebimento, probabilidade de recuperação e outros aspectos significativos para avaliar a capacidade de recuperação do crédito em situação de redução ao valor recuperável. Bem como as garantias recebidas consideradas fator mitigante da perda no valor recuperável.

O Banco utiliza como prática efetuar a baixa para prejuízo das operações vencidas há mais de um ano, quando já foram esgotados todos os procedimentos de cobrança e renegociação e, nesse caso, essas operações são consideradas extremamente improváveis quanto a sua recuperação.

Em adição, para investimentos em instrumentos de patrimônio, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável com Instrumentos de Dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período.

Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em Instrumentos de Dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

#### e.5) Reclassificação dos Ativos Financeiros

Uma vez que um instrumento financeiro foi classificado em uma categoria no reconhecimento inicial, fica restrita as circunstâncias em que é permitido a transferência à outra categoria.

De acordo com o IAS 39 é permitida a reclassificação de certos ativos financeiros de uma categoria que exige mensuração do valor justo (isto é, mantidos para negociação ou disponíveis para venda) em outra categoria sob circunstâncias limitadas. No entanto, os derivativos e ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado, não são elegíveis para reclassificação.

Ainda assim o IFRS define "circunstâncias excepcionais" como um único evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo. Na data da reclassificação, o valor justo de qualquer ativo financeiro reclassificado se torna o seu novo custo ou custo amortizado. Qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertida.

#### e.6) Desreconhecimento de Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos, criados ou retidos pelo Banco, deve ser reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiradas.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos, ou uma porção deles, são retidos pelo Banco. Caso todos ou a maioria dos riscos e benefícios sejam retidos, os ativos transferidos não devem ser baixados do balanço patrimonial. Transferências de ativos com retenção de todos ou da maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação e operações de venda de títulos com compromisso de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém e transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este.

Em certas transações o Banco mantém a obrigação de prestar serviços sobre os ativos financeiros transferidos. Os ativos transferidos nesse caso são baixados em sua totalidade se cumprir os critérios de baixa. Um ativo ou um passivo é reconhecido pelos direitos do serviço prestado, quando o valor cobrado pelo serviço cobre os custos (um ativo) ou é inferior aos custos (um passivo) para a realização do serviço.

O Banco realiza a baixa de empréstimos e recebíveis e de instrumentos de dívida quando estes são considerados incobráveis.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### f) Empréstimos e Recebíveis

Nesta categoria estão registrados os empréstimos e adiantamentos efetuados a instituições financeiras e a clientes. As operações são contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o procedimento utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período em sua respectiva conta.

O Banco classifica uma operação de crédito como não performando quando identifica evidência objetiva de perda na operação, desta forma a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos"

##### f.1) Perda por Redução ao Valor Recuperável

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de perdas por redução de seu valor recuperável, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido, utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a perda por redução do valor recuperável.

O Banco realiza a análise dos ativos financeiros, a carteira de empréstimos e adiantamentos, contabilizados ao custo amortizado, periodicamente. Para tanto, o Banco faz uso de julgamentos para verificar a existência de indicadores da impossibilidade de recuperação ("impairment") destes ativos. Estes indicadores correspondem a dados observáveis sobre impactos adversos na capacidade de pagamentos de devedores. Quando verificada a necessidade de reconhecimento do "impairment", para perdas incorridas, estes valores são reconhecidos e as provisões para perdas por redução do valor recuperável constituídas nas demonstrações financeiras.

Para a constituição desta provisão, decorrente de "impairment", de ativo financeiro ou empréstimo, o Banco adota processo estruturado de monitoramento contínuo de indicadores, tendo por base critérios objetivos e observáveis.

Para a apuração desta provisão é realizado cálculo das estimativas das perdas incorridas com base na diferença do valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados. Para isto, o Banco segrega sua carteira de ativos financeiros, contabilizados ao custo amortizado, em duas classes:

- Análise Individual, para contratos e valores individualmente significativos (operações superior a R\$3 milhões e classificação mínima / rating "C"); e
- Análise coletiva, para contratos e valores não significativos individualmente.

Na análise individual, para as operações individualmente significativas, o Banco mantém um acompanhamento periódico e faz uma análise individual de cada contrato de empréstimo ou financiamento, utilizando modelagem baseada na monitoração dos critérios elegíveis e de sinais de alerta.

Na análise coletiva, para as operações não significativas individualmente, o Banco faz julgamentos baseados nas perdas históricas para ativos com características similares ou homogêneas, quanto à evidência objetiva de "impairment", utilizando-se de modelos de cálculo e de abordagens estatísticas que permitem derivar as provisões para as perdas incorridas. Os modelos e as premissas utilizadas para os cálculos de "impairment" são revisadas periodicamente.

#### g) Outros Ativos e Passivos Financeiros

Estes são basicamente compostos de câmbio, rendas a receber de adiantamentos concedidos, operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar. Os valores contábeis desses ativos/passivos são mensurados ao valor justo, uma vez que representam valores a serem recebidos / pagos no curto prazo. Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

#### h) Imobilizado em Uso

De acordo com o IAS 16, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota Explicativa 10.

O Ativo Imobilizado inclui o valor de sistemas de processamento de dados, instalações, móveis e equipamentos, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

#### i) Ativos Intangíveis e Ágio

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e que ocorrerá provavelmente a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva e são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por "softwares" adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassará dez anos.

Com base nas informações apresentadas no IAS 38 e suportado pelas projeções de fluxo de caixa preparados, baseando-se assim na provável geração de benefícios econômicos futuros, o Banco entende que todos estes gastos ligados ao Projeto Digital, terão sua vida útil definida, em 10 anos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

#### j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O reconhecimento das provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário. De acordo com as práticas contábeis e tributáveis adotadas no Brasil.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal e créditos. Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

Ativo fiscal corrente corresponde a valores de impostos a recuperar nos próximos doze meses. Já os ativos fiscais diferidos correspondem aos valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal corrente corresponde a valores de impostos a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício nos próximos doze meses. Já os passivos fiscais diferidos correspondem aos valores de impostos a pagar em exercícios futuros, de acordo com o IAS 12.

#### k) Outros Ativos e Passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando julgada necessária.

#### l) Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos a amortização acumulada, calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável "impairment".

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Recursos de Clientes Nota Explicativa 13.a;
- Recursos de instituições financeiras Nota Explicativa 13.b;
- Recursos de emissão de títulos Nota Explicativa 13.c

#### m) Outras Provisões

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Passivos contingentes são avaliados e divulgados de acordo com o IAS 37, e são obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os passivos contingentes do Banco decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios do Banco movidos por terceiros, ex-funcionários em ações cíveis e trabalhistas.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, leva em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possam ser estimados com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica "Provisões para Contingências";
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Desde 2014, efetuamos uma melhoria quanto a avaliação das contingências cíveis, classificadas com probabilidade de perda possível, de acordo com as premissas apresentadas por nossos assessores jurídicos, onde o cálculo do "VEE" (Valor Efetivo Econômico), passou a ser reconhecido a 50%, visto que anteriormente não efetuávamos nenhuma provisão para estes saldos, pois apenas os divulgávamos em nota explicativa.

Esta provisão passou a ser feita com base no histórico de condenações, mediante alguns procedimentos efetuados pela área jurídica como:

- (i) composição do montante do percentual histórico (desde jan/2012) de ações distribuídas em que há condenação;
- (ii) multiplicação pelo valor médio de condenações por processo;
- (iii) multiplicação pela média de nossa carteira de processos nos últimos 12 meses

Desta forma desde então para as contingências cíveis, o Banco melhorou a análise de cálculo das provisões, em virtude do aprimoramento da metodologia de apuração, quanto as contingências trabalhistas, tais mudanças não apresentaram impactos, e o efeito da melhoria foi reconhecido no resultado prospectivamente de acordo com o IAS 08.

#### n) Capital Social

O Capital Social do Banco é constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota Explicativa 18.

#### o) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2015 e 2014 foram deliberados dividendos na forma de JCP, a deliberação está demonstrada na Nota Explicativa 18.

#### p) Lucro/(Prejuízo) por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício, de acordo com o IAS 33 Lucro por Ação. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O Banco informa que não existem fatores diluente de ações, desta forma o lucro por ação e lucro diluído por ação são os mesmos.

#### q) Reconhecimento de Receitas e Despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são os resumidos a seguir:



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**q.1) Receitas e Despesas com Juros e Similares**

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

**q.2) Comissões e itens Similares**

As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

Taxas e comissões pagas decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizado.

**q.3) Outras Receitas e Despesas Operacionais**

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pelo Banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

**r) Garantias Financeiras**

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

Passivos de contratos de garantias financeiras são registrados inicialmente ao valor justo, que geralmente é o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações.

**s) Partes Relacionadas**

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota Explicativa 20.

**t) Benefícios a Empregados**

Os benefícios que o Banco dispõe à seus funcionários é avaliado conforme as regras dispostas na IAS 19 - Benefícios a Funcionários, assim, os mesmos estão relacionados conforme abaixo:

**t.1) Benefícios Pós-Emprego**

A despesa pós emprego que o Banco disponibiliza à seus funcionários refere-se, a extensão do plano de saúde, após o desligamento, por um período de 6 (seis) meses.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

**Composição**

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	38.322	29.328
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	587.542	205.649
<b>Total</b>	<b>625.864</b>	<b>234.977</b>

**5. Investimentos mantidos até o vencimento**

	31/12/2015			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>587.542</b>	-	-	<b>587.542</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>504.302</b>	-	-	<b>504.302</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	385.000	-	-	385.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	119.302	-	-	119.302
<b>Posição Financiada</b>	<b>83.240</b>	-	-	<b>83.240</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	83.240	-	-	83.240
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	-	-	<b>4.879</b>	<b>4.879</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	4.879	4.879
<b>Total</b>	<b>587.542</b>	-	<b>4.879</b>	<b>592.421</b>

	31/12/2014			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>205.649</b>	-	-	<b>205.649</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>205.649</b>	-	-	<b>205.649</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	205.649	-	-	205.649
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	-	<b>37.150</b>	<b>4.309</b>	<b>41.459</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	35.161	4.309	39.470
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	175	-	175
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	1.613	-	1.613
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	201	-	201
<b>Total</b>	<b>205.649</b>	<b>37.150</b>	<b>4.309</b>	<b>247.108</b>

Os lastros das operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC)

Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável para os investimentos mantidos até o vencimento.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 6. Instrumentos Financeiros

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.3.2 e todos os ativos financeiros descritos abaixo possuem hierarquia Nível I, não houveram reclassificações no período.

### a.1) Classificação por Título, Vencimento, Valor Justo e Curva

#### a.1.1) Ativos Financeiros mantidos para negociação

##### a.1.1.1) Títulos Privados e Públicos

	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Valor Contábil/ Valor Justo	31/12/2015
					Valor de Curva
<b>Títulos Privados</b>					
Ações de Companhia Abertas	67.129	-	-	67.129	33.249
Cotas de Fundo multimercado	52.487	-	-	52.487	52.487
Certificado de depósito bancário	-	15	356	371	371
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>119.616</b>	<b>15</b>	<b>356</b>	<b>119.987</b>	<b>86.107</b>
<b>31/12/2014</b>					
	Sem Vencimento			Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva
<b>Títulos Privados</b>					
Ações de Companhia Abertas				60.878	33.249
<b>Total Títulos Privados</b>				<b>60.878</b>	<b>33.249</b>

Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros mantidos para negociação.

#### a.1.1.2) Derivativos

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor justo e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Valor de Curva	Valor de Mercado	31/12/2015
			Valor Referencial do Contrato
<b>NDE</b>			
<b>Posição Ativa</b>			
Pré-Fixado	63.238	42.911	3.190.629
Dólar	27.446	2.115	2.536.589
	35.792	40.796	654.040
<b>Passivo</b>			
Pré-Fixado	(13.907)	(33.650)	(3.190.629)
Dólar	(11.781)	(6.293)	(654.040)
	(2.126)	(27.357)	(2.536.589)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>49.331</b>	<b>9.261</b>	<b>-</b>
<b>Swap</b>			
<b>Posição Ativa</b>			
Pré-Fixado	16.543	20.467	472.553
Dólar	38	-	41.702
CDI	16.373	19.992	335.878
	132	475	94.973
<b>Passivo</b>			
Pré-Fixado	(5.478)	(7.816)	(472.553)
Dólar	-	-	(327.939)
CDI	(5.211)	(6.322)	(93.195)
	(267)	(1.494)	(51.419)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>11.065</b>	<b>12.651</b>	<b>-</b>
<b>31/12/2014</b>			
	Valor de Curva	Valor Justo	Valor Referencial do Contrato
<b>NDE</b>			
<b>Posição Ativa</b>			
Pré-Fixado	15.655	14.093	1.272.521
Dólar	14.118	12.489	305.534
Real	1.428	1.495	958.599
	109	109	8.388
<b>Passivo</b>			
Pré-Fixado	(13.771)	(8.316)	(1.272.521)
Dólar	(173)	(531)	(305.534)
Real	(13.566)	(7.753)	(958.599)
	(32)	(32)	(8.388)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>1.884</b>	<b>5.777</b>	<b>-</b>
<b>Swap</b>			
<b>Posição Ativa</b>			
Pré-Fixado	47.022	31.879	596.246
Dólar	46.605	31.410	431.231
CDI	112	158	158.997
	305	311	6.018
<b>Passivo</b>			
Pré-Fixado	(11.051)	(9.969)	(596.246)
Dólar	-	-	(431.231)
CDI	(11.051)	(9.969)	(158.997)
	-	-	(6.018)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>35.971</b>	<b>21.910</b>	<b>-</b>
<b>Opções</b>			
<b>Posição Ativa</b>			
Dólar	762	579	(12.500)
	762	579	(12.500)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>762</b>	<b>579</b>	<b>(12.500)</b>

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2015				31/12/2014	
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)		Valor Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
	Pagar	Valor Justo				
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	49.331	(40.070)	9.261	3.190.629	5.777	1.272.521
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	11.064	1.610	12.675	472.553	21.910	596.246
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	579	12.500
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	11.537.664	-	2.529.162
<b>Total</b>	<b>60.395</b>	<b>(38.460)</b>	<b>21.936</b>	<b>15.200.846</b>	<b>28.266</b>	<b>4.410.429</b>

#### a.1.1.3) Derivativos por Vencimento

	31/12/2015			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(19.147)	26.978	1.430	9.261
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(5.433)	19.144	(1.036)	12.675
Operações Opções a Receber/ (Pagar)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(24.580)</b>	<b>46.122</b>	<b>394</b>	<b>21.936</b>

	31/12/2014			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(1.465)	6.940	302	5.777
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(4.165)	26.075	-	21.910
Operações Opções a Receber/ (Pagar)	-	579	-	579
<b>Total</b>	<b>(5.630)</b>	<b>33.594</b>	<b>302</b>	<b>28.266</b>

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 20.774 ativos (31/12/2014 - R\$ (1.336)), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 59.903 (31/12/2014 - R\$ 152.662) este representado por LTN R\$ 50.551 e NTN R\$ 9.352. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

#### a.1.2) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

	31/12/2015				
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/Valor Justo	Valor de Curva
<b>Títulos Públicos</b>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	62.467	-	12.637	75.104	76.455
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	42.216	42.216	49.111
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	71.054	54.140	125.194	125.846
Aplic.em TVM.no Exterior	328.650	-	-	328.650	332.283
<b>Total Títulos Públicos</b>	<b>391.117</b>	<b>71.054</b>	<b>108.993</b>	<b>571.164</b>	<b>583.695</b>
<b>Títulos Privado</b>					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI <sup>(1)</sup>	-	-	3.038	3.038	3.015
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.038</b>	<b>3.038</b>	<b>3.015</b>

#### Vinculados a prestação de garantias

	31/12/2015				
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/Valor Justo	Valor de Curva
<b>Títulos Públicos</b>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	50.551	50.551	55.896
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	9.352	-	9.352	9.433
<b>Total Vinculados a prestação de garantias</b>	<b>-</b>	<b>9.352</b>	<b>50.551</b>	<b>59.903</b>	<b>65.329</b>
<b>Total</b>	<b>391.117</b>	<b>80.406</b>	<b>162.581</b>	<b>634.105</b>	<b>652.039</b>

	31/12/2014				
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/Valor Justo	Valor de Curva
<b>Títulos Públicos</b>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	324.440	112.333	110.591	547.364	552.453
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	165.641	-	24.751	190.392	194.644
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	50.887	2.669	14.651	68.207	69.440
Aplic.em TVM.no Exterior	-	406.958	-	406.958	409.207
<b>Total Títulos Públicos</b>	<b>540.968</b>	<b>521.960</b>	<b>149.993</b>	<b>1.212.921</b>	<b>1.225.744</b>
<b>Títulos Privado</b>					
Ações de Companhia Abertas	-	-	-	-	-
LCA	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI <sup>(1)</sup>	-	-	3.283	3.283	3.283
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.283</b>	<b>3.283</b>	<b>3.283</b>
<b>Total</b>	<b>540.968</b>	<b>521.960</b>	<b>153.276</b>	<b>1.216.204</b>	<b>1.229.027</b>

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 11,00% e 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.


As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos no exterior são custodiados na Euroclear

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros mantidos para venda.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos**



	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	82.501	77.195
Rendas de Títulos de Renda Fixa	80.509	35.877
Rendas de Títulos de Renda Variável	3.512	19.745
Outros	42.601	6.607
<b>Total de Títulos</b>	<b>209.123</b>	<b>139.424</b>
NDF	(935.998)	(103.606)
"Swap"	123.390	37.355
Opções	57.910	443
Futuro	705.469	32.391
<b>Total de Derivativos</b>	<b>(49.229)</b>	<b>(33.417)</b>
<b>Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos</b>	<b>159.894</b>	<b>106.007</b>

**7. Empréstimos e Recebíveis e Perdas por Redução ao Valor Recuperável**

**a) Composição por Produto**

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Empréstimos</b>	<b>1.507.152</b>	<b>917.807</b>
Adiantamentos a Depositantes	90	-
<b>Empréstimos</b>	<b>1.507.062</b>	<b>917.807</b>
Cédula de Produto Rural (CPR) <sup>(1)</sup>	378.006	290.955
Capital de Giro	912.409	550.113
Conta Corrente Garantida	144.267	76.258
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	107	390
Títulos descontados	71.324	91
Cartão de crédito	264	-
Empréstimo Rotativo	685	-
Outros empréstimos	-	-
<b>Empréstimo Consignado</b>	<b>8.852</b>	<b>24.421</b>
<b>Financiamentos <sup>(2)</sup></b>	<b>1.328.907</b>	<b>1.011.469</b>
Cédula de Crédito à Exportação (CCE)	1.138.786	737.861
Financiamento a Importação	4.016	-
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	66.708	62.791
Financiamentos Imobiliários	119.397	107.955
<b>Adiantamentos a contratos de câmbio <sup>(3)</sup></b>	<b>52.457</b>	<b>88.996</b>
Operações de crédito vinculado a cessão	2.091	102.862
<b>Outros créditos <sup>(4)</sup></b>	<b>1.324.724</b>	<b>367.244</b>
<b>Sub-Total</b>	<b>4.224.183</b>	<b>2.409.937</b>
<b>Perdas por Redução ao Valor Recuperável</b>	<b>(114.110)</b>	<b>(36.681)</b>
<b>Total</b>	<b>4.110.073</b>	<b>2.373.256</b>

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Inclui título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

(3) Valor contabilizado na rubrica Outros Ativos Financeiros Nota 9

(4) Direitos creditórios a receber.

**b) Concentração por Setor de Atividades**

	31/12/2015			Total
	Parcelas a Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	
<b>Setor Privado</b>				
Rural	68.924	981.669	312.391	1.362.984
Indústria	20.683	540.066	191.277	752.026
Financeiro	-	74.709	-	74.709
Outros Serviços	16.322	1.811.271	187.571	2.015.164
Pessoas Físicas	1.038	11.996	6.266	19.300
<b>Total</b>	<b>106.967</b>	<b>3.419.711</b>	<b>697.505</b>	<b>4.224.183</b>

	31/12/2014			Total
	Parcelas a Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	
<b>Setor Privado</b>				
Rural	941	790.797	250.875	1.042.613
Indústria	6.956	434.517	154.935	596.408
Comércio	-	-	-	-
Outros Serviços	3.241	648.521	119.149	770.911
Pessoas Físicas	1	4	-	5
<b>Total</b>	<b>11.139</b>	<b>1.873.839</b>	<b>524.959</b>	<b>2.409.937</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**c) Concentração de Crédito**

	31/12/2015			
	Valor	% da Carteira	Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	836.966	20%	4.518	4%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.257.252	30%	63.400	56%
100 Maiores Devedores Seguintes	753.200	18%	3.168	3%
Demais Devedores Seguintes	1.376.764	32%	43.024	37%
<b>Total</b>	<b>4.224.183</b>	<b>100%</b>	<b>114.110</b>	<b>100%</b>

	31/12/2014			
	Valor	% da Carteira	Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	547.745	23%	5.338	14%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.034.340	43%	10.129	27%
100 Maiores Devedores Seguintes	374.589	15%	7.590	20%
Demais Devedores Seguintes	453.263	19%	13.624	38%
<b>Total</b>	<b>2.409.937</b>	<b>100%</b>	<b>36.681</b>	<b>100%</b>

**d) Movimentação da Provisão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável - Empréstimos e Recebíveis**

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Saldo Inicial</b>	<b>36.681</b>	<b>41.128</b>
Constituições Líquida de Reversão	82.072	9.475
Baixa para Prejuízo	(4.643)	(13.922)
<b>Saldo Final <sup>(1)</sup></b>	<b>114.110</b>	<b>36.681</b>
<b>Créditos Recuperados</b>	<b>15.003</b>	<b>14.641</b>

(1) Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas.

No exercício de 2015, os créditos renegociados são de R\$ 174.654 (2014 - R\$ 17.134) e a Perda por redução ao valor recuperável constituída para esses contratos é de R\$ 26.085 (2014-R\$ 197), relativo as operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 26.

**e) Cessão de Ativos Financeiros**

**e.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros**

Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

**Com Transferência Substancial de Risco**

No exercício de 2014, o Banco Original transferiu o montante de R\$ 20.866, referente a carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação).

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Total da Carteira Cedida	-	20.866
Valor da Venda	-	23.274
Lucro com Cessão de Créditos	-	2.408
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo	-	-

**Com Retenção Substancial de Risco**

O Banco realizou operações de Venda ou Transferência de ativos financeiros em que ocorreu a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Carteira Cedida com coobrigação	2.089	102.903
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	98	2.137
	<b>2.187</b>	<b>105.040</b>

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	2.091	102.862
	<b>2.091</b>	<b>102.862</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**f) Receita com Juros e Similares**

	<b>01/01 a 31/12/2015</b>	01/01 a 31/12/2014
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	30	3
Rendas de Empréstimos	307.879	138.745
Rendas de Títulos Descontados	23.783	6.968
Rendas De Avais e Fianças	-	619
Rendas de Financiamentos	461.831	154.480
Rendas de Juros de Operações de crédito com <i>Impairment</i>	-	2.040
Despesas De Cessao De Operacoes De Credito	(5.653)	(712)
Perdas com Créditos incobráveis	(5.999)	(7.233)
<b>Total</b>	<b>781.871</b>	<b>294.910</b>

**g) Taxa efetiva de Juros**

A Instituição entende que os custos de captação, por se tratarem de valores imateriais, já estão refletidas na taxa efetiva de juros das operações de crédito.

**8. Ativos e Passivos Fiscais Diferidos**

**a) Créditos Tributários**

	<b>31/12/2015</b>	31/12/2014
<b>Créditos Fiscais Diferidos</b>	<b>156.995</b>	<b>177.187</b>
Saldo Inicial	131.640	28.547
Constituições	(72.462)	(48.739)
Reversões	216.173	156.995
<b>Saldo Final</b>	<b>13.610</b>	<b>17.699</b>
<b>Débitos Fiscais Diferidos</b>	<b>13.610</b>	<b>17.699</b>
Saldo Inicial	83.067	36.335
Constituições	(92.545)	(40.424)
Reversões	4.132	13.610
<b>Saldo Final</b>	<b>4.132</b>	<b>13.610</b>
<b>Ativo/Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>212.042</b>	<b>143.385</b>

**a.1) Ativo Fiscal Diferido**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões temporariamente não dedutíveis. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados pelo líquido nas rubricas "Ativos Fiscais".

	<b>31/12/2015</b>	31/12/2014
Prejuízo Fiscal	199.571	239.243
<b>Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%</b>	<b>49.893</b>	<b>59.811</b>
Base Negativa de Contribuição Social	202.665	242.417
<b>Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%</b>	<b>40.533</b>	<b>36.363</b>
Perda por Redução ao Valor Recuperável	103.489	32.350
Perda por redução ao Valor Recuperável - outros créditos	10.621	4.276
Provisão fiança	-	1.226
Provisão para Ações Trabalhistas	18.752	20.873
Provisão para Contingências Cíveis	33.759	28.594
Provisão para Despesas Administrativas	45.361	28.131
Provisão PLR - Administradores	18.510	14.309
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	18.899	15.488
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	14.324	10.574
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	4.580	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(879)	(492)
Perdas em Empréstimos e Repasses	4.227	4.428
Ajustes 1º adoção IFRS	-	-
Outras Diferenças Temporárias	5.473	(251)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	277.114	145.197
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	277.114	159.506
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>69.279</b>	<b>36.299</b>
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%</b>	<b>55.423</b>	<b>23.926</b>
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	4.580	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	17.957	12.823
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins</b>	<b>22.537</b>	<b>12.823</b>
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
<b>Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos</b>	<b>1.048</b>	<b>596</b>
<b>Total do Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>216.175</b>	<b>156.995</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2015	31/12/2014
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	18.224
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	-	(847)
Ajustes Futuro - DI e DDI	8.691	13.486
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(404)	(627)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	8.287	30.236
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>2.072</b>	<b>7.559</b>
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%</b>	<b>1.657</b>	<b>4.535</b>
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	18.224
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	8.691	13.486
Outras diferenças temporárias	-	894
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins</b>	<b>8.691</b>	<b>32.604</b>
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
<b>Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos</b>	<b>404</b>	<b>1.516</b>
<b>Total do Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>4.133</b>	<b>13.610</b>
<b>Ativo/Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>212.042</b>	<b>143.385</b>

### a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2014	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	44.034	13.610	30.424
2016	42.815	4.133	38.682	16.854	-	16.854
2017	82.006	-	82.006	31.142	-	31.142
2018	79.659	-	79.659	61.286	-	61.286
2019	6.833	-	6.833	1.940	-	1.940
2020	2.583	-	2.583	-	-	-
Apartir de 2020	2.279	-	2.279	1.739	-	1.739
<b>Total</b>	<b>216.175</b>	<b>4.133</b>	<b>212.042</b>	<b>156.995</b>	<b>13.610</b>	<b>143.385</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

### b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários, líquido do passivo fiscal diferido é de R\$ 199,675 (2013 - R\$137.255), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

## 9. Outros Ativos Financeiros

	31/12/2015	31/12/2014
Carteira de câmbio	-	97.593
Câmbio comprado a liquidar	56.708	-
Direitos s/ Venda de Câmbio	1.638	-
Rendas a Receber adiantamento concedido	52.457	-
Obrigações por compra de Câmbio	(51.488)	-
Rendas a Receber	1.438	652
Negociação e Intermediação de Valores	-	-
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes <sup>(1)</sup> (Nota 15.a.1 e a.2)	10.980	9.810
<b>Total</b>	<b>71.733</b>	<b>108.055</b>
<b>Circulante</b>	<b>71.733</b>	<b>108.055</b>

<sup>(1)</sup> O Banco possui apenas uma ação ativa de natureza tributária e ações trabalhistas e cíveis, para as quais foram efetuados depósitos judiciais.

## 10. Imobilizado de uso

Outros Ativos Tangíveis	31/12/2015		
	Taxas	Custo	Depreciação Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	11.627	(2.028) 9.599
Sistemas de Processamento de Dados <sup>(1)</sup>	20%	105.504	(9.520) 95.984
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	971	(590) 381
Outros	10%	552	(527) 25
<b>Total</b>		<b>118.654</b>	<b>(12.665) 105.989</b>

<sup>(1)</sup> O aumento refere-se ao desenvolvimento do Projeto Digital.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Taxas	Custo	Depreciação	31/12/2014
				Residual
<b>Outros Ativos Tangíveis</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	4.676	(1.271)	3.405
Sistemas de Processamento de Dados	20%	47.966	(8.704)	39.262
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	1.008	(549)	459
Outros	10%	552	(497)	55
<b>Total</b>		<b>54.202</b>	<b>(11.021)</b>	<b>43.181</b>

No exercício de 2014 o Banco encerrou a construção de uma cabine primária para instalação de CPD na matriz. Dessa forma todos os ativos já concluídos nessa obra sofreram redução do seu valor recuperável, sendo reconhecido no resultado o montante de R\$ 686.

### 11. Ativo Intangível

O Banco não identificou perda ao valor recuperável dos ativos intangíveis, as movimentações de aplicações e alienações estão divulgadas na Demonstração de Fluxo de Caixa.

	31/12/2015		31/12/2014
	Custo	Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	117.053	117.053	103.845
Gastos com Consultoria	132.485	132.485	43.603
Ágio de Incorporação <sup>(1)</sup>	6.282	6.282	-
Folha de Pagamento	207.346	207.346	-
<b>Total</b>	<b>463.166</b>	<b>463.166</b>	<b>147.448</b>

-1

O Banco está reconhecendo um intangível referente ao projeto digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes de acordo com o IAS 38 para a ativação dos gastos. A expectativa que a amortização iniciará é a partir do ano de 2016.

### 12. Outros Ativos

	31/12/2015	31/12/2014
Correspondentes no País	16	172
Outros Valores e Bens	99.440	58.628
Despesas Antecipadas	32.621	8.859
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	835
Adiantamentos Salariais/Outros	5.317	707
Devedores Diversos no País	1.367	9.699
Outros	95.563	1.521
<b>Total</b>	<b>234.324</b>	<b>80.421</b>

### 13. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

#### a) Recursos de Clientes

	31/12/2015				Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Depósitos à Vista	68.559	-	-	-	68.559
Depósitos Interfinanceiros	-	2.035	-	-	2.035
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE <sup>(1)</sup>	-	323.915	381.557	631.910	1.337.382
<b>Total</b>	<b>68.559</b>	<b>325.950</b>	<b>381.557</b>	<b>631.910</b>	<b>1.407.976</b>

	31/12/2014				Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Depósitos à Vista	31.428	-	-	-	31.428
Depósitos Interfinanceiros	-	-	35.433	-	35.433
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE <sup>(1)</sup>	-	146.262	148.415	197.349	492.026
<b>Total</b>	<b>31.428</b>	<b>146.262</b>	<b>183.848</b>	<b>197.349</b>	<b>558.887</b>

(1) Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 120% do CDI, (2014 - 95% e 116,50% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 12,7 % a.a. e 19,45 % a.a. (2014 - 11,33% a.a. e 14,06% a.a.). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas de 113% do CDI (2014 - 108% e 121% do CDI).



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b) Recursos de Instituições Financeiras**

	31/12/2015	
	De 3 a 12 Meses	Total
<b>Carteira Própria</b>	<b>82.419</b>	<b>82.419</b>
Títulos Públicos	82.419	82.419
<b>Total</b>	<b>82.419</b>	<b>82.419</b>

	31/12/2014	
	De 3 a 12 Meses	Total
<b>Carteira Própria</b>	<b>111.764</b>	<b>111.764</b>
Títulos Públicos <sup>(1)</sup>	111.764	111.764
<b>Total</b>	<b>111.764</b>	<b>111.764</b>

(1) Refere-se a LTN.

**c) Recursos de Emissão de Títulos**

	31/12/2015			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares</b>	<b>501.711</b>	<b>1.047.782</b>	<b>615.875</b>	<b>2.165.367</b>
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	411.498	915.277	446.225	1.773.000
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	90.213	132.505	50.394	273.112
Letras Financeiras- LF	-	-	119.256	119.256
<b>Total</b>	<b>501.711</b>	<b>1.047.782</b>	<b>615.875</b>	<b>2.165.367</b>

	31/12/2014			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares</b>	<b>296.733</b>	<b>464.382</b>	<b>76.672</b>	<b>837.787</b>
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	293.561	337.094	75.114	705.769
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	3.172	127.060	-	130.232
Letras Financeiras- LF	-	228	1.558	1.786
<b>Total</b>	<b>296.733</b>	<b>464.382</b>	<b>76.672</b>	<b>837.787</b>

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 88% e 104% do CDI (2014 - 50% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 8,9% a.a. e 17% (2014 - 8,38% a.a. e 12,56% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 88% a 103% do CDI (2014 - 96% e 103%). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA, em 2014 não tínhamos operações com esta natureza.

**d) Despesa com Juros e Similares**

	01/01 a 31/12/2015		01/01 a 31/12/2014	
	Depósitos à vista	-	-	-
Depósitos a Prazo	136.970	36.893	136.970	36.893
Depósitos Interfinanceiros	11.932	722	11.932	722
Captação no Mercado Aberto <sup>(1)</sup>	6.437	3.279	6.437	3.279
Despesas De Letras Financeiras e Imobiliárias	34.077	5.993	34.077	5.993
LCA	160.511	35.064	160.511	35.064
Despesa de contribuição FGC	5.838	3.780	5.838	3.780
Empréstimos e Repasses	229.819	57.304	229.819	57.304
Outros	207	-	207	-
<b>Total</b>	<b>585.791</b>	<b>143.035</b>	<b>585.791</b>	<b>143.035</b>

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de mercados e emissão de títulos.

**14. Outros Passivos Financeiros**

**a) Obrigações por repasses**

	01/01 a 31/12/2015		01/01 a 31/12/2014	
	Obrigações por Repasses - Funcafé	70.815	62.921	70.815
Captações no Exterior	447.875	563.009	447.875	563.009
Negociação e Intermediação Financeira	(20.773)	(1.336)	(20.773)	(1.336)
Carteira Câmbio	1.644	3.332	1.644	3.332
<b>Total</b>	<b>499.561</b>	<b>627.926</b>	<b>499.561</b>	<b>627.926</b>

**15. Provisões**

**a) Provisões e Passivos Contingentes**

	31/12/2015		31/12/2014	
	Provisão para Ações Trabalhistas (Nota 15 a.1.1)	18.752	20.874	18.752
Provisão para Ações Cíveis (Nota 15.a.2.1)	33.760	28.594	33.760	28.594
<b>Total</b>	<b>52.512</b>	<b>49.468</b>	<b>52.512</b>	<b>49.468</b>

**a.1) Provisão para Processos Trabalhistas**

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.344 (2014 - R\$ 2.738).

	31/12/2015		31/12/2014	
	Trabalhistas	Trabalhistas	Trabalhistas	Trabalhistas
<b>Saldo Inicial</b>	<b>20.874</b>	<b>20.105</b>	<b>20.874</b>	<b>20.105</b>
Constituição Líquida de Reversão	(2.122)	769	(2.122)	769
Saldo Final	<b>18.752</b>	<b>20.874</b>	<b>18.752</b>	<b>20.874</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### a.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.778 (2014 - R\$ 5.264).

	31/12/2015	31/12/2014
	<b>Cíveis</b>	<b>Cíveis</b>
Saldo Inicial	28.594	26.033
Constituição Líquida de Reversão	5.165	2.561
<b>Saldo Final</b>	<b>33.759</b>	<b>28.594</b>

#### a.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Banco possuía os seguintes montantes de passivo contingente classificado como possível.

	31/12/2015	31/12/2014
Processos Trabalhistas	4.381	1.795
Processos Cíveis	30.004	29.079
<b>Total</b>	<b>34.385</b>	<b>30.874</b>

#### 16. Obrigações Fiscais

	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições a Recolher		
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.961	927
Impostos e Contribuições sobre Salários	9.420	6.135
Outros	7.790	10.464
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros		
Provisão para Imposto de Renda	22.573	10.155
Provisão para Contribuição Social	15.966	5.300
<b>Total</b>	<b>57.710</b>	<b>32.981</b>

#### 17. Outros Passivos

	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações Assumidas dos Créditos Cedidos com Coobrigação	-	105.040
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	295	921
Dividendos e Bonificações a Pagar	10.000	10.000
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	19.588	14.076
Outras Despesas Administrativas	574	317
Outros Pagamentos	65.853	43.745
Consignados	-	578
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios <sup>(1)</sup>	15.243	13.974
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	1.221	2.219
Cessões de Crédito a Liquidar <sup>(2)</sup>	281	4.595
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	3.751	-
Rendas Antecipadas	2.941	2.367
Outras	14.187	12.551
<b>Total</b>	<b>133.934</b>	<b>210.383</b>
<b>Circulante</b>	<b>133.934</b>	<b>210.383</b>

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (sem coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

#### 18. Patrimônio Líquido

##### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social de R\$2.130.001 (31/12/2014 - R\$2.103.451) de domiciliados no País, integralizado é assim apresentado:

	31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.912	76.089	2.130.001
<b>Total</b>	<b>2.053.912</b>	<b>76.089</b>	<b>2.130.001</b>

	31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.027.363	76.088	2.103.451
<b>Total</b>	<b>2.027.363</b>	<b>76.088</b>	<b>2.103.451</b>

##### b) Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN e LTN e títulos emitidos pelo governo - Outros Países no montante de R\$ (10.976), (31/12/2014 R\$ (8.193))

##### c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2015 conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$ 43.000, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15% na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$ 36.550 (2014 - 33.150). Sendo que deste montante líquido R\$ 26.550 foi capitalizado pela Companhia (2014 - R\$ 23.149) e R\$ 10.000 será pago ao acionista (2014 - R\$ 10.000). O benefício fiscal reconhecido no resultado foi de R\$ 17.200 (2014 - R\$ 15.600).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 19. Limites Operacionais

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio de Referência Nível I	1.956.339	2.037.134
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>1.956.339</b>	<b>2.037.134</b>
<b>RWA (Patrimônio de Referência Exigido) <sup>(1)</sup></b>	<b>6.821.406</b>	<b>4.410.010</b>
RWA <sub>CREDITO</sub> (Parcela de Risco de Crédito)	5.850.627	3.433.237
RWA <sub>OPERAD</sub> (Parcela de Risco Operacional)	495.803	649.852
RWA <sub>MERCADO</sub> (Parcelas de Risco de Mercado)	474.976	326.921
<b>Índice de Basileia III e II</b>	<b>28,7</b>	<b>46,2</b>

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Banco, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico [www.bancoriginal.com.br](http://www.bancoriginal.com.br).

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

### 20. Partes Relacionadas

#### a) Benefícios Pós-Emprego

##### a.1) Plano de Saúde

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde durante 6 meses após seu desligamento. O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 100 (2014 - R\$ 93).

##### b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31/12/2015	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F) <sup>(1)</sup>	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
<b>Total</b>	<b>518.913.037</b>	<b>100%</b>	<b>18.913.036</b>	<b>100%</b>	<b>537.826.073</b>	<b>100%</b>

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31/12/2014	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F) <sup>(1)</sup>	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
<b>Total</b>	<b>518.913.037</b>	<b>100%</b>	<b>18.913.036</b>	<b>100%</b>	<b>537.826.073</b>	<b>100%</b>

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

#### c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
<b>Aplicações no mercado aberto</b>				
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	-	-
<b>Títulos Públicos</b>	<b>67.129</b>	<b>60.878</b>	<b>7.207</b>	<b>27.629</b>
JBS S.A. (JBS)	67.129	60.878	7.207	27.629
Vigor Alimentos S.A.	-	-	-	-
Fundo Matone V	-	-	-	-
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	-	<b>835</b>	-	-
Matone Promotora Ltda	-	-	-	-
J&F Participações Ltda	-	835	-	-
<b>Cessão de crédito sem retenção substancial de Risco (Nota 8.1.f)</b>	-	-	-	<b>2.408</b>
J&F Investimentos S.A.	-	-	-	2.408
<b>Depósito a Vista</b>	<b>(13.052)</b>	<b>(22)</b>	-	-
JBS S.A. (JBS)	(160)	(2)	-	-
J&F Participações Ltda	(48)	(18)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(2)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(6)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	(2.409)	-	-	-
Vigor Alimentos S.A.	(578)	-	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(7.498)	-	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(2.353)	-	-	-
<b>Depósito a Prazo</b>	<b>(96.192)</b>	<b>(15.278)</b>	<b>(8.108)</b>	<b>(537)</b>
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.655)	(10.398)	(1.065)	(398)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(4.441)	-	(711)	-
JBS S.A. (JBS)	(22.196)	-	(1.196)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(334)	(951)	(23)	(51)
Matone Promotora Ltda	-	(3.929)	-	(88)
J&F Participações Ltda	(25.518)	-	(2.778)	-
J&F Investimentos S.A.	(267)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	(15.136)	-	(136)	-
Vigor Alimentos S.A.	(21.645)	-	(2.199)	-
<b>Captação no Mercado Aberto</b>	<b>(82.419)</b>	<b>(93.959)</b>	<b>(8.969)</b>	<b>(8.020)</b>
Banco Original do Agronegócio S.A.	(82.419)	(93.959)	(8.969)	(8.020)
<b>Recursos de Emissão de Títulos</b>	-	<b>(2.771)</b>	-	<b>(48)</b>
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.288)	-	(6)
Outros <sup>(1)</sup>	-	(1.483)	-	(42)
<b>JCP a Pagar</b>	<b>(43.000)</b>	<b>(39.000)</b>	<b>(43.000)</b>	<b>(39.000)</b>
J&F (Nota 19.c)	(43.000)	(39.000)	(43.000)	(39.000)
<b>Valores a Pagar de Sociedades Ligadas</b>	<b>(3.751)</b>	-	-	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	-	-
J&F	(3.751)	-	-	-
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	-	-	-	-
J&F	-	(648)	-	-

(1) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**d) Empréstimos e Recebíveis**

Na rubrica "Empréstimos e Recebíveis", está contabilizado o montante de R\$ 1.323.524, (2014 -R\$ 367.238) referente a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

**21. Receitas de Serviços e Comissões**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Cobrança e Arrecadações	2.451	1.178
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	3.266	1
Serviço Assessoria Financeira	18.947	6.349
Serviço de recebimento e envio de valores	5.840	10.018
Rendas De Garantias Prestadas	4.373	1.137
Outras	200	699
<b>Total</b>	<b>35.077</b>	<b>19.382</b>

**22. Outras Receitas e Despesas**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Atualização de Depósitos Judiciais	772	901
Atualização de Impostos a Compensar	490	214
Recuperação de Encargos e Despesas	2.399	820
Provisões/Reversão Operacionais:		
Trabalhistas e Cíveis	(3.044)	(3.330)
Outras Provisões	1.870	3.884
Lucro na Alienação de Valores e Bens	(1.146)	-
Ganho de Capital	-	-
Juros Recebidos	-	2.321
Variação Cambial	(610)	14.660
Resultado de operações de câmbio	39.904	9.158
Outras	(3.188)	(1.657)
<b>Total</b>	<b>37.447</b>	<b>26.971</b>

**23. Despesas Gerais e Administrativas**

**a) Despesa de Pessoal**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração	(83.140)	(66.320)
Encargos	(24.018)	(20.151)
Benefícios	(10.692)	(6.686)
Participação no Lucro	(41.530)	(19.857)
Treinamento	(1.109)	(1.081)
<b>Total</b>	<b>(160.489)</b>	<b>(114.095)</b>

**b) Despesa Administrativa**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(24.550)	(16.750)
Depreciações e Amortizações	(1.906)	(1.693)
Propaganda e Publicidade <sup>(1)</sup>	(9.720)	(3.084)
Comunicações	(874)	(600)
Processamento de Dados	(13.867)	(9.226)
Aluguéis	(7.188)	(8.979)
Transportes e Viagens	(4.434)	(2.321)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.865)	(328)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.874)	(1.220)
Serviços do Sistema Financeiro <sup>(2)</sup>	(10.075)	(4.571)
Água, Energia e Gás	(1.169)	(545)
Material	(691)	(289)
Despesas Legais e Jurídicas	(5.503)	(3.138)
Outras	(3.894)	(2.534)
<b>Total</b>	<b>(88.610)</b>	<b>(55.278)</b>

<sup>(1)</sup> Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

<sup>(2)</sup> Refere-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

**24. Despesas Tributárias**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesa com Cofins	(20.312)	(11.325)
Despesa com ISS	(1.613)	(970)
Despesa com PIS/Pasep	(3.302)	(1.840)
IOF	-	-
Outras	(1.878)	(2.053)
<b>Total</b>	<b>(27.105)</b>	<b>(16.188)</b>

**25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP</b>	<b>42.139</b>	<b>84.840</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	178
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(43.877)	(437)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(57.306)	9.466
<b>Base de cálculo - CSLL</b>	<b>(1.737)</b>	<b>84.581</b>
<b>Base de cálculo - IRPJ</b>	<b>(15.166)</b>	<b>94.484</b>
CSLL - 20%	21.281	(12.687)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	4.913	(22.577)
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>26.194</b>	<b>(35.264)</b>
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	26.194	(35.264)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco pauta sua atuação, no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Comitê de Basileia, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, através da qual são avaliados, de forma consolidada, os impactos potenciais nas necessidades mínimas de capital e na capacidade financeira da instituição.

O Banco preza por uma estrutura organizacional e de processos que permitem um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

A governança corporativa do Banco conta com comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, para a gestão e supervisão das atividades que envolvem o gerenciamento de riscos. As decisões relevantes contam com formalização, para permitir seu monitoramento e a avaliação da efetividade de sua implementação.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de riscos e de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Os normativos internos para a gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico.

Seguem as definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional:

**Risco de Mercado:** a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

**Risco de Crédito:** a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

**Risco de Liquidez:** a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

**Risco Operacional:** a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O documento que detalha as práticas de gerenciamento e de controle de riscos pode ser visualizado no site [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br) na seção O Original/Demonstrações Financeiras/Relatório de Gestão de Riscos - Circular nº 3.477.

### a) Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Banco gerencia o risco de mercado da carteira de negociação ("trading") através de metodologias baseadas em potenciais de perda decorrentes de variações nos insumos de mercado que influem na carteira. Estas metodologias de mensuração e controle são: (a) o VaR ("Value at Risk") Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e horizonte de tempo ("holding period") variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; (b) os Testes de Estresse; (c) e o "Stop Loss".

Adicionalmente, também são monitoradas e controladas as sensibilidade às oscilações paralelas nos fatores de risco que compõem o portfólio.

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação ("banking") é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. Seguindo as recomendações do Comitê de Basileia, quantifica-se a sensibilidade do portfólio às mudanças na Estrutura a Termo de Taxa de Juros. Este cálculo consiste em verificar choques das curvas de juros considerando variações nas taxas no intervalo de um ano ("holding period"), e uma janela móvel de observação de cinco anos. O resultado é o efeito do percentil de 1% e 99% no valor de mercado do portfólio, considerando os ativos e passivos. Os resultados são reportados tanto à Diretoria quanto ao órgão regulador, por meio da parcela RBAN.

As tabelas a seguir demonstram o histórico de risco de mercado para as carteiras "trading" e "banking".

Para a carteira "trading", o monitoramento é realizado pela medida de "VaR" enquanto que, para a carteira "banking" a métrica consiste na análise de sensibilidade da carteira ao deslocamento da Estrutura a Termo da Taxa de Juros:

Carteira "Trading"	"Value at Risk"			
	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Média	Fechamento	Média	Fechamento
Fator de Risco				
Pré-Fixado	834	1.274	6.564	164
Boi Gordo	2	-	2	1
Moedas Estrangeiras	2.734	2.178	474	848
Índice Bovespa	-	-	2	-
Ações	13.025	10.432	14.452	14.210
<b>Exposição com Correlação</b>	<b>15.006</b>	<b>10.623</b>	<b>27.817</b>	<b>15.030</b>

Carteira "Banking"	Análise de Sensibilidade			
	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Média	Fechamento	Média	Fechamento
Fator de Risco				
Risco de Taxa de Juros	28.433	56.661	29.233	18.160

A composição do valor de marcação a mercado da carteira dos ativos e passivos sujeitos ao risco de taxa de juros pode ser observada abaixo:

	de 2015			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Ativos Financeiros</b>				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	5.003	-	-	5.003
Empréstimos e Recebíveis	1.167.650	98.906	12.083	1.278.639
Outros	592.375	329.629	-	922.003
<b>Passivos Financeiros</b>				
Recursos de Instituições Financeiras	61	-	-	61
Recursos de Emissão de Títulos	(82.281)	(254.657)	(280.491)	(617.429)
Outros Passivos Financeiros	(19.490)	(45.797)	(4.069)	(69.356)
<b>Gap (ativos-passivos)</b>	<b>1.663.318</b>	<b>128.080</b>	<b>(272.477)</b>	<b>1.518.921</b>
Derivativos	(421.685)	(367.010)	(211.112)	(999.807)
<b>Total com Derivativos</b>	<b>1.241.633</b>	<b>(238.930)</b>	<b>(483.589)</b>	<b>519.114</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro de 2014			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Ativos Financeiros</b>				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	1	-	-	1
Empréstimos e Recebíveis	384.090	206.110	40.012	630.212
Outros	188.537	403.921	-	592.458
<b>Passivos Financeiros</b>				
Recursos de Instituições Financeiras	9.290	(45.471)	(105.190)	(141.371)
Recursos de Emissão de Títulos	(20.487)	(14.832)	(7.827)	(43.146)
Outros Passivos Financeiros	(27.275)	(30.595)	(2.447)	(60.317)
<b>Gap (ativos-passivos)</b>	<b>534.156</b>	<b>519.133</b>	<b>(75.452)</b>	<b>977.837</b>
Derivativos	710.918	(777.636)	(486.551)	(553.269)
<b>Total com Derivativos</b>	<b>1.245.074</b>	<b>(258.503)</b>	<b>(562.003)</b>	<b>424.568</b>

O risco de variação cambial segregado nas diferentes moedas em que o portfólio do Banco está sujeito pode ser observado nas tabelas abaixo:

	31 de dezembro de 2015	
	Dólar	Euro
<b>Ativos Financeiros</b>		
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	149	173
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-
Empréstimos e Recebíveis	1.029.584	-
	1.957	2.070
<b>Passivos Financeiros</b>		
Depósitos de Entidades Financeiras	(444.577)	-
Depósitos de Clientes	-	-
Empréstimos e Repasses	(1.957)	(2.070)
Outros Passivos	-	-
<b>Gap (ativos-passivos)</b>	<b>585.156</b>	<b>173</b>
Derivativos	(624.337)	-
<b>Total com Derivativos</b>	<b>(39.181)</b>	<b>173</b>

	31 de dezembro de 2014	
	Dólar	Euro
<b>Ativos Financeiros</b>		
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	23.794	73.097
Empréstimos e Recebíveis	820.622.642	-
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos e Repasses	(66.308.116)	-
Outros Passivos	(488.265.689)	-
<b>Gap (ativos-passivos)</b>	<b>266.072.631</b>	<b>73.097</b>
Derivativos	(317.364.973)	(162.829)
<b>Total com Derivativos</b>	<b>(51.292.342)</b>	<b>(89.732)</b>

#### b) Risco de Crédito

O Banco, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

Dentre suas principais responsabilidades, o Risco de Crédito zela pela definição e responsabilização dos diversos agentes envolvidos no ciclo de crédito, a formalização dos procedimentos e alçadas, a avaliação e aprovação de práticas, metodologias e critérios de concessão que impliquem individualmente ou de forma conjunta na exposição ao risco de crédito por parte da Instituição.

Igualmente importante, são suas ações de monitoramento do portfólio de crédito, avaliando indicadores de inadimplência, concentração de risco, e estimativa de perda no cenário corrente e em estresse. Estas medidas possibilitam a averiguação da suficiência das provisões e reservas constituídas frente a exposição de risco da Instituição, suportando, consequentemente, os eventuais ajustes necessários.

Sob esta óptica, considera-se risco de crédito como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamentos das obrigações creditícias das contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura comercial ou inversões de cenários macroeconômicos.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Banco para uma operação de derivativos, contratos com exposição cambial ou indexados a abordagem utilizada é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), pois as perdas estão associadas às flutuações de mercado.

Dada as características de seu portfólio, o Banco opta pela análise individual do risco de crédito de suas contrapartes, tendo por informação os demonstrativos financeiros, as restrições cadastrais, a exposição de crédito por finalidade, aspectos da cadeia produtiva e cenários comerciais, avaliados contra os padrões de mercado, o apetite de risco da Instituição e a experiência progressa dos executivos de crédito. Desta análise resulta a estimativa do risco de crédito associado à contraparte, medida que direcionará futuras concessões de crédito, nível mínimo de provisionamento, exigência de garantias adicionais e a negociação das condições comerciais dos contratos de empréstimo.

#### b.1) Exposição Máxima ao Risco de Crédito

A tabelas abaixo demonstram os valores das exposições totais ao risco de crédito utilizado para a alocação de capital, independentemente da ponderação utilizada nas normas legais e mitigação de risco por garantias colaterais aos empréstimos, considerando inclusive as contrapartes centrais:

	Exposição ao Risco de Crédito	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<b>Exposição Total</b>	6.012.273	4.205.746

#### b.1.1) Ativos Financeiros

	Exposição ao Risco de Crédito por	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Aplicações no mercado aberto	587.541	205.649
Depósito Interfinanceiro	4.879	41.459
Títulos Públicos	764.613	1.216.204
Derivativos	63.379	45.804
Empréstimos e Recebíveis	4.224.183	2.409.937
Câmbio Exceto ACC	58.347	96.877
Garantias Prestadas	309.331	189.816
<b>Total</b>	<b>6.012.273</b>	<b>4.205.746</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b.1.2) Análise do vencimento dos ativos**

Créditos não Vencidos (sem *Impairment*)  
Créditos Vencidos sem evento de Perda  
Créditos Vencidos com evento de Perda

**Total de Empréstimos e Adiantamentos de Clientes**

*Impairment* (Perdas por Redução ao Valor Recuperável)

**Valor Líquido**

Os demais ativos financeiros possuem características especiais que minimizam o risco de perda ou não são aplicáveis no caso de garantias avais e fianças prestadas, dessa forma a instituição divulga somente o risco de crédito da carteira de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e Adiantamentos Impaired e Não Impaired		
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
	3.728.863	2.302.334
	274.707	74.453
	220.613	33.149
<b>Total</b>	<b>4.224.183</b>	<b>2.409.936</b>
	(114.110)	(36.681)
<b>Total</b>	<b>4.110.073</b>	<b>2.373.255</b>

**b.1.3) Análise dos ativos financeiros que individualmente sofreram *impairment***

A instituição entende que se existirem evidências objetivas de perda nas operações de crédito individualmente relevantes, o valor de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados ( excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontando a taxa de juros efetiva original da operação.

Dessa forma o valor da perda mensurado deve ser reconhecido no resultado e demonstrado na Demonstração de Resultado.

Para a análise individual foram considerados os clientes com saldo total ou igual ou superior a R\$ 3 MM e classificação interna de risco como C ( classificação interna de risco de acordo com os critérios da Resolução n º 2.682)

As operações individuais imateriais e as operações de crédito relevantes que não foram provisionadas devem ser incluídas na análise coletiva. Para efetuar a análise coletiva, a entidade deve agrupar os ativos por características similares de risco de crédito, que são indicativas da habilidade dos devedores em pagar os montantes de acordo com os termos contratuais.

A carteira de consignado, em *run-off*, foi analisada de forma separada das demais carteiras.

Os contratos com atraso acima de 180 dias são transferidos para *write-off* por se tratar historicamente da expectativa de recebimento da carteira de crédito.

**b.2) Risco de Crédito Potencial**

Em particular, os derivativos tem pouca previsibilidade de ganhos e perdas associados às oscilações de mercado, motivo pelo qual a instituição utiliza um modelo de análise histórica sobre o ativo subjacente da operação em foco, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança, a fim de estimar o risco potencial da operação. Esta medida é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), que é somada à posição de crédito do cliente para fins da apuração da exposição total ao risco de crédito da contraparte.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor notional dos contratos sujeitos ao risco de crédito potencial e às garantias recebidas para mitigar este risco.

**BMF - Contratos com Câmara Central Atuando como Contraparte**  
**CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central**  
**SELIC - Contrato sem Câmara Atuando como Contraparte Central**  
**Total**

Valor Notional - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial		
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
	10.083.096	1.936.438
	3.370.990	1.905.743
	669.960	310.002
<b>Total</b>	<b>14.124.046</b>	<b>4.152.183</b>

Segue abaixo o valor bruto dos contratos (valores positivos da marcação a mercado) sujeitos ao risco de crédito da contraparte.

**CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central**  
Derivativos  
**SELIC - Contrato sem Câmara Atuando como Contraparte Central**  
Aplicações no mercado aberto  
**Total**

Valor Positivo Bruto - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial		
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
	43.649	45.804
	-	933
<b>Total</b>	<b>43.649</b>	<b>46.737</b>

**b.3) Garantias**

A instituição utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Banco:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

OBanco considera consistentemente as garantias associadas aos empréstimos em carteira, associando ao valor das garantias a probabilidade de arresto das mesmas, para fins de quantificar das potenciais perdas de crédito incorridas em seu portfólio. Esta medida passa a direcionar objetivamente as provisões de crédito constituídas e as ações de cobrança sobre as operações inadimplentes. A redução das perdas potências de crédito somaram aproximadamente R\$17.219 mil reais, no fechamento do exercício.

Agronegócio  
Corporate  
**Total Mitigado**

Mitigação de Risco por Garantias		
Saldo 31 de dezembro de 2015	Valor Mitigado	Impacto PCLD
609.986	606.384	(7.383)
913.510	908.762	(9.836)
<b>1.523.496</b>	<b>1.515.146</b>	<b>(17.219)</b>

**Total Mitigado**

Mitigação de Risco por Garantias		
Saldo 31 de dezembro de 2014	Valor Mitigado	Impacto PCLD
444.435	431.162	(6.947)
310.577	254.765	(5.264)
<b>755.012</b>	<b>685.927</b>	<b>(12.211)</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito Circular nº 3.644/2013, a instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco de crédito. Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

Segue abaixo tabela com as exposições mitigadas nas operações compromissadas para fins de alocação de capital referente à Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco:

	Valor Mitigado por Instrumento	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Compra com Revenda	677.908	205.285
Venda com Recompra	-	111.764
<b>Total</b>	<b>677.908</b>	<b>317.049</b>

#### b.4) Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na "regua de cobrança" estipulada para cada tipo de modalidade de crédito.

As ações de cobrança vão desde o contato com o cliente, negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negatificação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida.

#### b.5) Provisão de Crédito

O quadro abaixo traz o montante de provisões e carteira para empréstimos e recebíveis.

	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Individual	645.390	76	386.762	13.057
Massificado	3.578.793	48.723	2.023.175	23.624
<b>Total</b>	<b>4.224.183</b>	<b>48.799</b>	<b>2.409.937</b>	<b>36.681</b>

A análise dos dados de provisionamento indica uma redução percentual expressiva dos contratos que representam risco moderado de perda de crédito para a instituição, resultado das estratégias de pulverização do portfólio nos melhores clientes e em contratos com garantias reais associadas, reduzindo consistentemente os riscos de crédito das novas operações.

O total da carteira de empréstimos e recebíveis que apresentam indícios de perda é de R\$ 220.613 (2014-R\$33.149) e a provisão constituída foi de R\$ 114.110 (2013-R\$36.681).

#### b.6) Ativos Financeiros por qualidade de crédito e vencimento

Classificação Interna	2015		
	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no mercado aberto		
	Títulos Públicos	Derivativos Ativos	
Baixo	634.105	57.362	
Médio	-	6.017	
Alto	-	-	
Impairment	-	-	
<b>Total</b>	<b>634.105</b>	<b>63.379</b>	

Classificação Interna	2014		
	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no mercado aberto		
	Títulos Públicos	Derivativos Ativos	
Baixo	1.216.204	44.135	
Médio	-	1.668	
Alto	-	-	
Impairment	-	-	
<b>Total</b>	<b>1.216.204</b>	<b>45.803</b>	

#### b.7) Operações de crédito por qualidade de crédito e vencimento

Classificação Interna	2015			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
	Baixo	3.051.347	224.075	-
Médio	526.559	41.930	-	568.489
Alto	150.957	8.701	220.613	380.271
Impairment	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.728.863</b>	<b>274.707</b>	<b>220.613</b>	<b>4.224.183</b>
	88,3%	6,5%	5,2%	100,0%

Classificação Interna	2014			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
	Baixo	1.929.314	66.416	-
Médio	366.710	5.189	-	371.899
Alto	6.310	2.848	-	9.158
Impairment	-	-	33.149	33.149
<b>Total</b>	<b>2.302.334</b>	<b>74.453</b>	<b>33.149</b>	<b>2.409.936</b>
	95,6%	3,1%	1,4%	100,0%

#### b.8) Operações de crédito por portfólio, classe e qualidade de crédito

	2015				Total
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	
Pessoa Física - CPF Crédito Rural	125.127	19.277	2.912	13.069	160.384
Pessoa Física - CPF Imobiliário	2.989	-	81	1.792	4.862
Pessoa Física - CPF Cartão de Crédito	4.866	38	-	-	4.905
Pessoa Física - CPF Consignado	4.025	402	2.857	1.568	8.852
Pessoa Física - CPF Crédito Rural - Importação	446.119	2.119	-	61.500	509.738
<b>Pessoa Física - CPF Total</b>	<b>583.127</b>	<b>21.836</b>	<b>5.850</b>	<b>77.929</b>	<b>688.741</b>
<b>Grandes Empresas</b>	<b>514.611</b>	<b>103.542</b>	<b>7.294</b>	<b>-</b>	<b>625.447</b>
<b>Micros/ Pequenas e Médias Empresas</b>	<b>2.177.685</b>	<b>443.111</b>	<b>146.514</b>	<b>142.684</b>	<b>2.909.995</b>
<b>Total</b>	<b>3.275.423</b>	<b>568.489</b>	<b>159.658</b>	<b>220.613</b>	<b>4.224.183</b>



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		2014				
		Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoa Física - CPF	Crédito Rural	106.648	42.536	327	635	150.146
Pessoa Física - CPF	Imobiliário	3.513	-	-	2.324	5.837
Pessoa Física - CPF	Cartão de Crédito	5	-	-	-	5
Pessoa Física - CPF	Consignado	14.269	690	6.251	3.212	24.422
Pessoa Física - CPF	Crédito Rural - Importação	293.145	68.971	-	184	362.300
<b>Pessoa Física - CPF</b>	<b>Total</b>	<b>417.580</b>	<b>112.197</b>	<b>6.578</b>	<b>6.355</b>	<b>542.710</b>
<b>Grandes Empresas</b>		<b>421.526</b>	<b>79.378</b>	<b>-</b>	<b>16.800</b>	<b>517.704</b>
<b>Micros/ Pequenas e Médias Empresas</b>		<b>1.156.624</b>	<b>180.324</b>	<b>2.580</b>	<b>9.995</b>	<b>1.349.523</b>
<b>Total</b>		<b>1.995.730</b>	<b>371.899</b>	<b>9.158</b>	<b>33.150</b>	<b>2.409.937</b>

b.9) Operações de crédito por tipo de análise, porte e qualidade

b.9.1) Não vencidos

Operações Avaliadas Individualmente

		2015			
		Baixo	Médio	Alto	Total
Grandes Empresas		-	33.917	7.206	41.123
Micros/Pequenas e Médias Empresas		-	-	-	-
Pessoa Física		-	324.664	122.704	447.368
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>358.581</b>	<b>129.910</b>	<b>488.491</b>

Operações Avaliadas Coletivamente

Grandes Empresas		514.574	60.523	88	575.185
Micros/Pequenas e Médias Empresas		1.966.481	88.939	18.190	2.073.610
Pessoa Física		570.292	18.515	2.768	591.575
Crédito Rural		113.772	16.187	-	129.959
Imobiliário		1.964	-	81	2.046
Cartão de Crédito		4.776	16	0	4.793
Consignado		3.693	195	2.687	6.574
Crédito Rural - Importação e Exportação		446.087	2.117	-	448.204
<b>Total</b>		<b>3.051.347</b>	<b>526.558</b>	<b>150.956</b>	<b>3.728.862</b>

Operações Avaliadas Individualmente

		2014			
		Baixo	Médio	Alto	Total
Grandes Empresas		-	79.360	-	79.360
Micros/Pequenas e Médias Empresas		-	173.394	-	173.394
Pessoa Física		-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>252.754</b>	<b>-</b>	<b>252.754</b>

Operações Avaliadas Coletivamente

Grandes Empresas		400.560	18	-	400.578
Micros/Pequenas e Médias Empresas		1.114.155	5.758	-	1.119.913
Pessoa Física		414.598	108.180	6.311	529.089
Crédito Rural		105.611	42.536	327	148.474
Imobiliário		2.298	-	-	2.298
Cartão de Crédito		4	-	-	4
Consignado		13.668	174	5.984	19.826
Crédito Rural - Importação e Exportação		292.998	65.470	-	358.468
<b>Total</b>		<b>1.929.313</b>	<b>366.710</b>	<b>6.311</b>	<b>2.302.334</b>

b.9.2) Vencidos

		2015		
		Atraso > 1 dia	Atraso > 30 dias	Total
Pessoa Física				
Crédito Rural		13.086	4.270	17.356
Imobiliário		388	636	1.024
Cartão de Crédito		100	12	112
Consignado		431	279	710
Crédito Rural - Importação Exportação		32	2	34
<b>Total</b>		<b>14.037</b>	<b>5.199</b>	<b>19.236</b>
<b>Grandes Empresas</b>		<b>9.055</b>	<b>83</b>	<b>9.138</b>
<b>Micro/ Pequenas e Médias Empresas</b>		<b>236.041</b>	<b>10.291</b>	<b>246.332</b>
<b>Total</b>		<b>259.133</b>	<b>15.573</b>	<b>274.706</b>

b.9.2) Vencidos

		2014		
		Atraso > 1 dia	Atraso > 30 dias	Total
Pessoa Física				
Crédito Rural		1.038	-	1.038
Imobiliário		40	1.176	1.216
Cartão de Crédito		1	-	1
Consignado		723	641	1.364
Crédito Rural - Importação Exportação		3.627	20	3.647
<b>Total</b>		<b>5.429</b>	<b>1.837</b>	<b>7.266</b>
<b>Grandes Empresas</b>		<b>20.966</b>	<b>-</b>	<b>20.966</b>
<b>Micro/ Pequenas e Médias Empresas</b>		<b>45.860</b>	<b>363</b>	<b>46.223</b>
<b>Total</b>		<b>72.255</b>	<b>2.200</b>	<b>74.454</b>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**c) Riscos de Liquidez**

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco tem como base a Resolução nº 4.090/2012 do CMN.

Desta forma, o gerenciamento do risco de liquidez é parte integrante da gestão da Instituição e do processo de decisão das áreas de gestão e consiste na execução de atividades como, monitoramento e controle das métricas de risco de liquidez, bem como de seus respectivos limites operacionais. Tais métricas definem o caixa mínimo necessário para que a instituição tenha solvência para exercer suas funções sem afetar sua capacidade de honrar com suas obrigações.

Adicionalmente, são realizados testes de aderência dos modelos utilizados nas projeções de fluxo de caixa e reavaliação das métricas, limites operacionais e caixa mínimo.

A apuração do fluxo de caixa é realizada diariamente considerando diferentes tipos de moedas, prazos e valores contratados das operações. Visando uma melhor aderência com o fluxo real, incorpora-se ao fluxo de caixa contratual a ocorrência de eventos esperados que impactem na liquidez da instituição, como probabilidade de inadimplência, renovação de operações, resgate antecipado, etc.

As tabelas abaixo demonstram a expectativa do valor dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros dos seguintes produtos: CDB, CDI, LCA, DPGE, Depósito à Vista e "funding" direcionado. Nesta análise foram considerados os fluxos não descontados e, portanto, os valores podem diferir do apresentado na posição da demonstração financeira.

Também são apresentados os passivos financeiros derivativos, em particular, das operações no mercado de Balcão. Os produtos sujeitos à análise foram o "Swap" e o NDF. O valor em questão representa a marcação a mercado deste conjunto de operações.

	31 de dezembro de 2015			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
<b>Passivos Financeiros</b>				
Passivos Totais	879.525	2.074.112	1.835.741	4.789.377
Derivativos	33.712	6.310	1.421	41.443

	31 de dezembro de 2014			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
<b>Passivos Financeiros</b>				
Passivos Totais	584.851	1.305.988	301.048	2.191.887
Derivativos	11.422	7.648	-	19.070

Ao longo de 2015, o Banco manteve índices adequados de liquidez. Os ativos líquidos da instituição foram capazes de cobrir em quase três vezes a soma total de todos os depósitos. Cabe ressaltar que, destes depósitos, os passíveis de alta volatilidade são compostos somente por depósitos à vista, e estes correspondem a menos de 1% dos depósitos da Instituição.

31 de dezembro de 2015	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	0,19
Depósito à Vista/Depósitos Totais	1,67%
31 de dezembro de 2014	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	0,37
Depósito à Vista/Depósitos Totais	1,56%

**d) Risco Operacional**

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

**d.1) Gestão de Capital**

Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos da instituição (Resolução nº 3.988/2011).

A Diretoria de Riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela Diretoria de Riscos têm como foco: a) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; b) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; c) levantamento das fontes de capital; d) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; e) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e f) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelo PR Nível I, constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferências não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros/prejuízos acumulados; e
- Ajustes Prudenciais.

Assim, a instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Na apuração do Patrimônio de Referência (PR) não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

No ano de 2013 o Bacen publicou a Resolução nº 4.193/2013 versando sobre as novas regras de cálculo de capital regulatório, implantando o conceito de Ativo Ponderado pelo Risco ("RWA" sigla em inglês). Estas regras substituíram as definições da Resolução nº 3.490/2007 onde o conceito de capital se baseava nas parcelas de risco e no Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

**27. Resultado por Ação**

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
	<b>Lucro Atribuível ao Controlador</b>	<b>111.555</b>
Quantidade Média de Ações em Circulação		
Média Ponderada do Número de Ações Ordinárias	518.913	518.913
Média Ponderada do Número de Ações Preferenciais	18.913	18.913
<b>Total</b>	<b>537.826</b>	<b>537.826</b>
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Ordinárias	107.628	85.450
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Preferenciais	3.927	3.118
<b>Lucro por Ação Básico e Diluído - Reais</b>		
Ações Ordinárias	0,20742	0,16468
Ações Preferenciais	0,20742	0,16468

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 28. Reconciliação

### a. Conciliação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

	31/12/2015		31/12/2014	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
<b>Saldos/Lucro Divulgados em BRGAAP</b>	<b>105.608</b>	<b>2.063.760</b>	<b>69.061</b>	<b>1.977.385</b>
<b>Ajustes que Afetam o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido</b>	<b>5.947</b>	<b>6.136</b>	<b>19.508</b>	<b>189</b>
Mensuração ao Valor Justo de Ações (a)		-	8.317	-
Perda por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis (b)	10.812	11.156	388	344
Variação Cambial Outros Ativos (c)			25.974	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes	(4.865)	(5.020)	(15.171)	(155)
<b>Saldos/Lucro Líquido em IFRS</b>	<b>111.555</b>	<b>2.069.896</b>	<b>88.569</b>	<b>1.977.574</b>

#### (a) Mudança de Classificação de Instrumentos Financeiros - Disponíveis para Venda para Disponível para Negociação

O Banco efetuou a reclassificação de Instrumentos Financeiros Disponíveis para venda para Disponível para negociação na data de transição. Em 2014 todas as ações estavam marcadas como Disponíveis para negociação com efeito da marcação a mercado no resultado, dessa forma foi efetuado a reversão dos ajustes anteriormente reconhecidos no resultado.

#### (b) Perda por Redução no Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

O Banco adota como política contábil as normas brasileiras para perda por redução no valor recuperável de empréstimos e recebíveis, a análise das operações efetuadas pela Administração, a mensuração da redução no valor recuperável, caso a caso, e também a conjuntura econômica, histórico de perda e os riscos e benefícios globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/2000 do Bacen. As classificações de risco de clientes ("*ratings*") são atribuídas por modelo de "*credit score*", sem a ocorrência de melhorias na classificação por parte do comitê de crédito.

De acordo com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a perda do valor recuperável de um ativo financeiro deve ser reconhecida quando o valor contábil é maior que seu valor estimado de recuperação.

Para mensurar o montante de redução ao valor recuperável de acordo com o IAS 39 o Banco utilizou as seguintes premissas:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros – Com 90 dias de atraso entram as operações de consignado e o "*rating*" "C" para as operações de empréstimos e financeiros não consignados;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor; e
- Início de processo de recuperação judicial.

Seguindo os critérios dessas premissas o valor da provisão por perda por redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis foi reduzido em R\$ 11.156

#### (c) Variação Cambial Outros Ativos

A variação cambial em investimentos no exterior foi reclassificada de resultado do exercício para outros resultados abrangentes em 2013. Devido alienação desse investimento foi feita a reversão desse ajuste com impacto no resultado no montante de R\$ 25.974 em 2014.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

---

### **29. Reestruturação Societária**

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades da entidade de acordo com o plano de negócios.

#### **b. Aquisições**

Em agosto de 2015 O Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação do Banco Original S.A. no capital social da Miralta Serviços S.A, empresa de arranjo de pagamentos que controla a carteira virtual de smartphone PicPay.

Em 22 de dezembro de 2015 a Original Promotora Ltda teve sua denominação social alterada para Original App Ltda e passou a prestar serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, serviços de teleatendimento e serviços de contatos telefônicos relacionados aos serviços ofertados e desenvolvimento de programas de computador relacionados a produtos e serviços oferecidos por terceiros no mercado virtual.

No exercício de 2014 o Banco Original fez a aquisição de 99% da Original Asset Management Ltda representando 3.500.000 ações ordinárias e 99,9% da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. representando 1.000.000 ações ordinárias.

\*\*\*\*

### **Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco Original S.A., de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco Original S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com o responsável pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2015.

O Comitê de Auditoria emitiu 17 recomendações ao longo do segundo semestre de 2015. As recomendações foram classificadas em de implantação necessária(8) e de implantação desejável (9). Todas as recomendações de implantação necessária foram aceitas.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. de 31.12.2015 do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco Original S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 23 de março de 2016.

#### **Comitê de Auditoria**

Marcelo Habice da Motta  
Márcio Antônio Teixeira Linares  
Miguel Burgos Neto